

Conselho autorizo a compra de insumos. Rodrigo votou
 que sim, Manoel Valim votou que sim, Dirceu votou que não,
 Paulo Viegas votou que sim, Marcos sugeriu que seja avaliada
 esse caso, Leandro votou que sim e resultou que Paulo
 votou, Rafael votou que sim, Cristiane votou que não. ~~Priscilla~~
 (ata) Dirceu da APN-VG: Depois de talvez seja feita uma com-
 paração para redução de custos. Priscilla falou sobre uma
 proposta para adquirir um drone, até mesmo para a melhoria
 do trabalho, a maioria votou com que seja solicitada à
 prefeitura para comprar. Logo após Paulo do EMATER questi-
 onou sobre o dono que o possessor (CATORITA) faz na planto-
 nis de milho, que poderiam fazer para repassarem aos agricultores.
 Após Dirceu repassar que o Banco Escrevo de Gravataí disponibi-
 lizou 2 vigens para o Município de Glorinha. As 10:53 encerro-
 mas a reunião. ~~Priscilla~~ - Dirceu Neto
 Paulo da Silva Viegas, Rafael, Priscilla, Marcos, Ka-
 pouki

Aos 03 dias do mês de julho de 2025, reuniram-se os conselheiros do COMDEMAB para realizar a reunião 02/2025. Dando início à mesma, a presidente Priscilla se apresentou aos presentes e informou que a reunião seria, predominantemente, com relatos, e que ao final, os demais presentes poderiam apresentar pautas, relatos e dúvidas. Estavam presentes na reunião o senhor Manoel Valim, do Sindicato dos Produtores Rurais de Gravataí e Glorinha; Rodrigo Antoniazzi, do condomínio Flor do Campo; Vanessa Dieter, da Secretaria de Saúde; Paulo Correa do Rotary Club de Glorinha, Paulo da Silva Viegas, da Emater; a Tamires, da Fibraplac; Engenheiro Ambiental Rodrigo, do Meio Ambiente; Letícia da APA BG; Dirceu, da APN-VG; Assessor Ambiental, Marcos Chedid da Secretaria do Meio Ambiente; e os demais presentes que não fazem parte deste conselho ou da secretaria do meio ambiente: os senhores Valdir, Nelci, Ademir, Vilmar, Inoni, Tiago e Vânia. A presidente apresentou as pautas que são os projetos dos Corredores Ecológicos e do Ecoponto de Glorinha. Sobre o Projeto dos Corredores Ecológicos, a presidente informou que estávamos com poucas mudas

disponíveis para doação. Que estas provêm de munícipes que suprimiram árvores e precisam doar mudas como forma de compensação ambiental. Assim, a Secretaria de Meio Ambiente está realizando a cobrança das mudas devidas pelos munícipes devedores; inclusive o loteamento Rosa 1, que está devendo um plantio de 100 mudas e será cobrado para realização do plantio próximo ao centro do município. Foi publicada ontem a inscrição para participação no projeto, e solicitamos auxílio na divulgação por parte dos conselheiros que quiserem, para propriedades que possuem nascentes ou cursos d'água no seu interior que estejam degradados, porém cuja degradação não advem de infrações ambientais. Nestes casos, a propriedade inscrita pode receber até 100 mudas. Às vezes até a APA consegue mudas para plantio, e nós não temos propriedades inscritas porque já plantamos em todas as interessadas. As inscrições, a princípio, vão até 10 de julho, mas se depois do prazo as pessoas quiserem se inscrever, será aceito. É importante se inscrever, porque uma vez que surjam mudas, já há onde plantá-las. Letícia comentou sobre a importância do projeto e da existência de uma empresa que precisa compensar com o plantio de mudas com monitoramento de 4 anos. A presidente Priscilla citou exemplo de propriedades que foram beneficiadas pelo projeto. Nos casos em que o Meio Ambiente doa e faz o plantio, quem cuida e faz a manutenção das mudas é o proprietário. A outra pauta abordada, sobre o ecoponto de Glorinha, foi apresentada pelo engenheiro Rodrigo. Com a palavra, o mesmo informou que o ecoponto estava com o piso pronto, algumas estruturas cobertas instaladas e a parte do escritório iniciada. A previsão para conclusão da obra é de dois meses, podendo ser um prazo maior devido às chuvas da época. O engenheiro abre para esclarecimentos de dúvidas e um dos presentes (não conselheiro) pergunta como será o funcionamento do ecoponto. O engenheiro informou do objetivo de dar fins a resíduos gerados no município que não possuem serviço particulares de recolhimento, como resíduos de construção civil, de poda e volumosos (os móveis, por exemplo). A ideia do projeto era resolver o problema dos três tipos de resíduos, então o munícipe vai ter acesso ao ecoponto, lá haverá uma rampa e ele mesmo vai poder descartar seus resíduos, e provavelmente vai ter um ou dois funcionários trabalhando para atender o público. O senhor Manoel Valim citou as máquinas atualmente existentes que fazem a moagem dos resíduos de poda e já podem gerar adubo instantaneamente na propriedade, e questionou se esta opção não seria a melhor Rodrigo informou que empresas que realizam este tipo de serviço já apresentaram seus produtos para a prefeitura; no entanto, são produtos caros e com alto custo de manutenção, sendo o equipamento basicamente o mesmo valor que foi gasto para construir o ecoponto, sendo que o último abrange o atendimento a uma tipologia maior de resíduos. Citou também que cada pessoa é responsável pelo seu resíduo; assim, entregar o mesmo para que o serviço público resolva, é muito oneroso para o município. O conselheiro Paulo Correa informou que quando assumiu a prefeitura em 2021, o custo da contratação de uma empresa que recolhesse estes resíduos era 1200 reais por caminhão de 40m³. No final de 2021 a empresa não quis renovar o contrato; porém, a administração conseguiu uma outra empresa que cobrava 1600 por caminhão. Após as enchentes DE 2024, o valor foi para 7.400 a carga. A prefeitura já tem um moedor, mas as navalhas são muito caras e o pessoal não tem esse cuidado de colocar a grossura de galhos ideal para cuidar do moedor. Um munícipe presente

aproveitou para informar que já tem uma empresa se formando em Glorinha no município para isso, e ele acredita que em cerca de um ano, os galhos não serão mais um problema no município. Informou o engenheiro Rodrigo que a administração está verificando como funcionará o ecoponto, e qual a capacidade por pessoa, provavelmente mediante decreto. Em Gravataí, que é o município-mãe, a capacidade dos ecopontos são de 2m^3 / pessoa / dia, relativo aos munícipes (pessoas físicas). A conselheira Letícia complementou que se abre uma possibilidade de negócio para recolhimento, visto que nem todas as pessoas possuem veículos com capacidade para recolher seus resíduos e que será uma economia circular. Rodrigo adiciona que apesar da distância do centro do município, é uma importante solução para que os munícipes tenham onde descartar seus resíduos e para que, caso os fiscais solicitem que as pessoas encaminhem corretamente os mesmos, que haja, de fato, um local para encaminhamento. A presidente Priscilla adiciona que, embora algumas pessoas achem que é uma grande distância do centro da cidade até o ecoponto, em Gravataí esta distância é muito maior, e ainda assim, as pessoas não deixam de descartar seus resíduos corretamente. Coloca ainda que, dentro da sua concepção se torna inviável que o ecoponto seja ao lado da igreja, postos de saúde ou escolas, e ainda que devemos arcar com as nossas responsabilidades como munícipes, de modo a dar destinação aos resíduos que geramos, e não esperar que o poder público faça isso, nem que corte a nossa grama, ou corte a nossa árvore no nosso pátio e ainda encaminhe os galhos. Se o munícipe resolve trocar todos os móveis da sua casa, não é o poder público quem deve ter a responsabilidade de arcar com as despesas de destinar os móveis velhos. Pois, se isso acontecer, o dinheiro público deixa de ir para um investimento para a sociedade para arcar com a responsabilidade alheia. Por fim, a presidente informou que existe um apontamento do Tribunal de Contas na qual a prefeitura ou o Poder Público não pode gastar com o lixo produzido pelas pessoas, tudo o que for gasto de lixo produzido pelos munícipes deve ser pago pelos munícipes. Por isso que, às vezes, tem aumento na taxa do IPTU, porque a prefeitura acabava pagando muito mais pelo recolhimento dos resíduos do que o valor que era de fato, arrecadado para este fim. Então sempre precisa haver um empate neste sentido. Para concluir, a presidente informou que a portaria de novos integrantes do conselho já foi encaminhada para publicação. O senhor Manoel Valim pediu uma parte, e pediu informação sobre alguns *Pinus* que estão sendo abatidos na parada 141, Priscilla informou que não saberia informar sobre quem estava fazendo este trabalho (se era a prefeitura ou proprietário). O Assessor de Meio Ambiente Marcos Chedid informou que o proprietário solicitou para o Daer, visto que as árvores estavam sendo um obstáculo visual, o que foi autorizado. O proprietário pediu uma não-incidência para o meio ambiente, a qual foi dada e foi chamada uma serraria a qual procedeu com a supressão dos indivíduos. O senhor Manoel Valim informou que muitas pessoas param abaixo dos pinus próximos a sua propriedade, onde fazem pausa de suas viagens e acabam deixando lixo na área. A presidente Priscilla informa que não há óbice legal para a retirada de *Pinus* e eucalipto, principalmente *Pinus* que são invasoras, mas os eucaliptos, ela gosta de olhar devido aos ninhos de caturritas que podem ocorrer nos indivíduos. O senhor Rodrigo Antoniazzi pergunta sobre como funciona a retirada dos indivíduos exóticos em Porto Alegre, Priscilla responde que lá é necessário licenciamento para todos os indivíduos, inclusive os exóticos. O senhor Manoel Valim ressalta sobre a importância de deixar os espaços próximos das estradas, livres de vegetação, para que se mantenha limpos os espaços.

É ressaltado também sobre a importância de práticas de educação ambiental para correta utilização do ecoponto. Foi aberto para que os visitantes no conselho moradores do bairro maracanã se manifestassem. Os mesmos relataram sobre o problema da pulverização de caminhão dos agrotóxicos que está ocorrendo muito próximo às suas residências, de forma que todo o veneno venha para as famílias, sendo uma violência contra a saúde e vida das pessoas. Essa pulverização está hoje no Maracanã mas, em breve, pode estar em outros locais do município, e muitas pessoas estão saindo de casa por causa disso. Foi relatado que os munícipes vieram pedindo socorro, porque ou eles morrem envenenados ou levantam e pedem ajuda. Um dos visitantes relatou que não é apenas o veneno tendo em vista que as máquinas que realizam a pulverização fazem um barulho ensurdecedor. Foi-lhes perguntado sobre que tipo de cultura estava sendo pulverizada e os visitantes informaram que se tratava "das oliveiras". Letícia pediu informações com a secretária de agricultura e eles disseram que não existe nenhuma legislação estadual ou federal que impeça a pulverização terrestre, mas que é possível o município fazer uma lei que deixe mais restritiva esta pulverização. Um dos visitantes coloca que o que vem acontecendo não é justo, mas faz dois anos que num dia eles colocam o veneno e no outro eu este já apresentada um quadro de bronquite. Letícia também coloca sobre a importância de construir o fato e registrar, que num dia é feita a pulverização e no outro ele fique doente, indo ao posto de saúde por exemplo. Um dos visitantes pergunta como é possível mudar essa lei no município. A Letícia coloca sobre ser conversado na câmara dos vereadores. Um dos munícipes disse que há um meliponário na frente, mas que as abelhas ainda não foram afetadas. Marcos Chedid disse que as abelhas, como bioindicadores, deveriam ser as mais afetadas. Um dos visitantes coloca que é uma nuvem muito grande de agrotóxicos, tanto que às vezes ele está andando de moto no interior e passa pelo meio da nuvem. A presidente Priscilla então sugere que seja feita uma denúncia formal sobre o assunto, individual ou com todos os moradores assinando, para que seja visto o que pode ser feito sobre. Comentou que realmente não há legislação que impeça a pulverização terrestre, mas que o município poderia ver o que é possível de ser feito. Que pode ser fiscalizado, dentro do que é possível, o que está sendo usado. O senhor Manoel Valim disse que a NR 31 coloca que para comprar algum agrotóxico deve ser colocado no receituário agrônomo, quem vai aplicar, em que coordenadas, como será a metodologia, que produto é, se a carteira de quem vai aplicar está em dia. Por isso o município pode ir ao local e avaliar estas questões. Uma das visitantes a qual mora no Capão Grande, Beco da Formiga, coloca sobre a inexistência de normativa no RS sobre o caso, que o meio ambiente, representado pela fiscal Silvia, foi no local verificar no momento das aplicações e também porque às vezes estava sendo aplicado à noite, que o pessoal é de Maquiné e o dinheiro não fica em Glorinha, que infelizmente ela mesma deu a ideia para que a pessoa fosse plantar no local, porque é uma pessoa trabalhadora de Maquiné, sem se lembrar da questão do veneno. Que a situação está lhe prejudicando porque ela veio de Porto Alegre ter paz e não poluição, mas para que o outro possa sobreviver e ter uma fonte de renda, ela tem que viver no meio do veneno. Que a plantação está no lado da sua cerca. E a melhor forma de ela conviver com o vizinho é ter um regramento que tenha um distanciamento sobre. Que apesar de no RS não ter regramento, em SC é o mínimo de 10 metros. Que deram solução de um cortinamento vegetal, mas que ela não pode fazer isso na sua propriedade, porque as suas vacas comem tudo, e muito menos na propriedade alheia. A moradora reconhece a importância do

agronegócio, mas este não pode prejudicar os demais. Pergunta sobre quem está controlando as pessoas de Maquiné que estão plantando em Glorinha e se seus blocos de produtores estão no nome de Glorinha ou Maquiné. A conselheira Leticia sugere como regramento municipal, que os responsáveis pelas culturas sejam também responsáveis pelo plantio do cortinamento na sua propriedade, sobre o estabelecimento de distanciamentos, condições de vento para o momento de aplicação. De acordo com o senhor Manoel Valim é necessário um zoneamento de o que pode ou não em cada zona do município, e adicionou que as pessoas que vem de Maquiné deixam sim o seu imposto em Glorinha pois possuem bloco em nome do município e que qualquer cidadão pode cobrar que produtos estão sendo utilizados e outras informações pertinentes. Já a presidente Priscilla informou que dificilmente as pessoas plantam fora da área de produção, e que nesta zona há pessoas que plantam e pessoas que moram, e que a maioria das pessoas está de acordo com o Plano Diretor Municipal. Complementou que muito embora esteja sendo feita a pulverização de acordo com o receituário, ainda assim eles podem estar prejudicando as pessoas. Um dos visitantes disse que quando iniciou o plantio das oliveiras, disseram para a população que eles obedeceriam a um distanciamento, mas que os mesmos plantam rentes a cerca. A moradora do Capão Grande colocou apesar de o veneno ser com autorização ou carteirinha, ela está sendo prejudicada e seus animais também. Uma outra senhora informou que mora a cerca de dez metros das Oliveiras e que no dia em que começam a colocar o "veneno" o barulho fica ensurdecedor dentro de casa, e além disso a nuvem vai ficando muito grande que as oliveiras nem podem ser vistas. O Assessor Ambiental Marcos Chedid colocou da intenção deste governo de cadastrar todas as propriedades rurais do município e o CAR das mesmas, mas que se tenham as informações mais detalhadas sobre as propriedades. O mesmo citou que existem outros problemas no município como a própria Fibraplac, informou que será visto com a Emater e agricultura sobre o caso para que também seja estabelecido um distanciamento. Colocou da importância de investir recursos na educação ambiental para que seja harmonizadas as relações e a convivência do agronegócio com o ambiente saudável. Colocou sobre a importância de conversar com este pessoal de Maquiné. O conselheiro Paulo Correa confirmou que muitas propriedades que produzem em Glorinha não possuem bloco de produtor em nome do município. Foi comentado sobre a importância de trazer a demanda para que a secretaria de agricultura faça algo para auxiliar. A conselheira de Saúde, Vanessa, falou sobre a importância de que os munícipes reclamantes registrem como denúncia ou pedido de providências via protocolo para que algo seja, de fato realizado. O assessor Marcos Chedid disse que, mesmo sendo realizado o protocolo, este governo iniciará os encaminhamentos necessários. Priscilla explicou para os cidadãos como pode ser aberto protocolo na plataforma 1doc com todos os registros para que tenhamos embasamento para construir a solução, podendo a denúncia ser anônima. Foi informado que a secretaria de meio ambiente não possui conhecimento para construir uma legislação, mas que isso poderia ser feito através da contratação de uma consultoria especializada no caso para regulamentar a pulverização terrestre no município. A conselheira Leticia sugeriu a construção de um GT no conselho; no entanto, Priscilla colocou sobre a preferência de contratar uma empresa pela especialização das mesmas e pela especificidade das leis ambientais e junto disso fazer a conversa com a empresa. O visitante na reunião coloca que inclusive não são obedecidos os distanciamentos das APPs. A presidente Priscilla falou sobre a pequena equipe do município que impede o mesmo de fazer

uma fiscalização ativa, por isso a importância dos protocolos. A reclamante do Capão Grande elogiou o trabalho da fiscal Silvia e informou que a mesma já encaminhou a denúncia desta área para a Secretaria de Agricultura do estado. Os municípios agradeceram pela conversa. O senhor Chedid informou que iria verificar com a secretaria de agricultura sobre o bloco de produtor e notifica-los no que seria necessário. Sendo assim, foi encerrada a reunião.

Paralela das Kuperiski *Paulo Gustavo*

Paulo Gustavo *Dirceu Vitor Ferraz*

Dirceu

Dirceu

No dia 03 de outubro de 2025, às 9h10, na Câmara de Vereadores de Glorinha, deu-se início a reunião 03/2025 do COMDEMAB. Estavam presentes Paulo Correa do Rotary, Cristiane Raupp da SMDEH, Paulo Viegas da Emater, Dirceu da APN-VG, Manoel Valim do Sindicato de Produtores Rurais de Gravataí e Glorinha, Vanessa Dieter da SMS, Letícia da APABG, Tamires da Fibraplac, Livia da SMA, Marcos da Coopertrag e Priscilla da SMAMA. Sobre o Projeto Corredores Ecológicos, a presidente Priscilla informou que não tivemos muita aderência, pois apenas 4 pessoas se inscreveram. Foram recebidas 55 mudas, divididas entre 3 propriedades, duas com nascentes e uma com curso d'água. A mesma levantou a possibilidade de não executar o projeto nos próximos anos, voltando os plantios necessários para a recuperação das APPs afetadas pelo Projeto Estadual Desassorear, e nestes arroios de modo geral. Explica que, devido ao tamanho da máquina, para que fosse possível sua movimentação, às vezes era necessária a retirada de alguma vegetação da margem do arroio. O município está com cerca de 2500 mudas para receber o plantio, seja em relação ao PRAD da Sollo Empreendimentos Imobiliários, seja de uma empresa que entrou em contato com a APA para executar um PRAD dentro da Bacia do Gravataí. Além disso, serão plantadas gramíneas, para segurar o solo até que as mudas cresçam suficientemente. Os conselheiros conversaram sobre quais gramíneas seriam plantadas, da importância de utilizar espécies de crescimento rápido, e a importância deste plantio para evitar o carreamento do solo nas próximas chuvas. Letícia informa que após a utilização destas mudas, é possível inscrever o município em cadastro da Sema para recebimento de RFOs, de modo que as empresas devedoras façam plantios e acompanhamentos no município. Priscilla comentou sobre um caso de Glorinha no qual foram plantadas mudas pelo projeto dos Corredores Ecológicos e que algumas foram levadas pela chuva, mas que após foi realizado um segundo plantio, a área se recuperou bem e está linda. Comentou também da importância de serem plantadas espécies mais rústicas e pioneiras, de crescimento rápido. Foi questionado sobre o cercamento, e Priscilla informou que quem tem gado na sua propriedade e está recebendo o desassoreamento está se prontificando com a cerca, mas quem está cuidando desta parte é o assessor Marcos Chedid. Letícia coloca que o projeto melhorou bastante o escoamento em épocas de chuvas e lembrou que "não há como fazer omelete sem quebrar o ovos", sendo importante esta atenção do município de recuperar as APPs após desassorear. Priscilla trouxe a próxima pauta, informando que nos dias 23 e 24 de outubro será a comemoração da Semana da APA do Banhado Grande no Município de Glorinha, em comunhão com a Feira do Livro Municipal. Nesta haverá várias atividades e a Unidade de Meio Ambiente gostaria de atuar em parceria com o conselho na questão financeira, para que uma apresentação de teatro com foco em educação ambiental seja contratada através do Fundo de Meio Ambiente. Foi comentado sobre as peças teatrais pesquisadas em relação aos temas e orçamento e que a peça mais de acordo com a realidade de Glorinha seria o "Menino do Dedo Verde". Informou que são 4 apresentações, uma por turno, em cada dia da Feira do Livro, para alunos até o 6º ano (faixa etária do espetáculo). Foi apresentado o orçamento enviado pela empresa para este formato, o qual é de R\$12.800,00 (sendo 3.200 cada apresentação), além de detalhes sobre a peça e equipe teatral. Os conselheiros Letícia e Dirceu perguntaram sobre a estrutura (se seria trazida pela companhia) e

sobre a possibilidade de levar a companhia de teatro em cada escola. Priscilla informou que levar a companhia em cada escola separadamente aumentaria o custo, além disso, sendo apresentadas as peças no local onde ocorre a Feira do Livro (Glorinha Futebol Clube), é maior o público atingido e as escolas já estarão presentes na feira. Além disso, a APA, em parceria com a Patram trará animais taxidermizados para exposição. Assim, várias atividades de educação ambiental ocorrerão simultaneamente. Foi colocada em votação a utilização do Fundo de Meio Ambiente para custear a contratação deste serviço. Todos os conselheiros votaram a favor. Outra pauta foi sobre a solicitação por parte do Conselho para que seja realizada a manutenção da faixa de domínio do DAER junto à autarquia. Esta incluiria a retirada dos pinus e eucaliptos e limpeza da vegetação na faixa de domínio. Os conselheiros falaram que existem munícipes que ateiam fogo na mesma, o que pode causar um incêndio de grande escala. Letícia comentou sobre a possibilidade de solicitar câmeras em pontos estratégicos, para que sejam averiguados os responsáveis por tais ações, visto ser um fogo intencional; principalmente considerando que Glorinha não possui corpo de bombeiros. As câmeras também auxiliariam em relação ao excesso de lixo depositado na estrada. Assim, foi sugerido que estas câmeras fossem instaladas em locais com maior descarte de lixo e colocação de fogo, e uma vez que as pessoas começassem a ser responsabilizadas e parassem de depositar, essas câmeras fossem colocadas em outros pontos. Priscilla comenta então que, sobre a questão do DAER, seria solicitado, em nome do conselho, a supressão dos pinus, eucaliptos, manutenção da faixa de domínio e instalação de câmeras em pontos estratégicos. A mesma informou que escreveria o ofício em nome do conselho, e mandaria o mesmo via WhatsApp para aprovação dos colegas, para posterior envio ao DAER. O senhor Manoel Valim fala sobre a área de vegetação próxima a faixa de domínio na Parada 136, onde muitas pessoas fazem pausas de suas viagens e deixam lixo na área, dando a impressão de que a região é abandonada pelos proprietários. Adentrando em outra pauta, foi informado que durante a solenidade que ocorrerá na Semana da APABG no município, estarão presentes membros da Fepam, SEMA, possivelmente da DUC. Foi sugerido que escrevêssemos uma carta para estas autoridades fazendo solicitações relacionadas ao meio ambiente para o município. Priscilla colocou que, no seu ponto de vista, o que precisavam é de mais servidores trabalhando no meio ambiente, mas que isso não poderia ser resolvido por outras entidades. Letícia coloca que isso precisa ser dito, mesmo que não seja para a pessoa certa, para informar que o conselho percebe o desafio de assumir todas as demandas que os servidores da prefeitura precisam dar conta. Priscilla ressalta a necessidade também da compra de um drone bom para o meio ambiente, auxiliando principalmente na fiscalização para que sejam obtidas imagens em tempo e escala real dos danos ambientais ocorridos no município, ressaltando que as imagens do Google Earth Pro mais atualizadas datam de 2023 e são de péssima qualidade, tornando desafiadora a visualização de áreas atingidas, tipos de vegetação, entre outras questões. Na verdade, as imagens de satélite mais atualizadas são importantes para ver a situação anterior aos danos ambientais; e o drone, para ver o depois. Letícia disse que o estado paga por um serviço de imagens atualizadas fornecidas quase que diariamente; porém, com qualidade inferior ao Google Earth Pro. Outra solicitação importante seria de caixas de transporte de

animais maiores e mais resistentes para o Setor de Bem-Estar Animal. Leticia coloca que o estado precisa fazer algo em relação a isso, visto que viajantes rumo ao litoral abandonam seus animais em Glorinha, a qual auxilia, captura, castra e chipa, mas os animais continuam na rua. Porém, sobre a existência de um canil, a mesma não é a favor, devido a manutenção cada vez maior do mesmo e incentivo para que mais animais sejam abandonados. Foi comentado da importância das Trilhas da APA do Banhado Grande, que deve ser incentivado que as pessoas caminhem ou andem de bicicleta nas trilhas, mas que há o risco atual de estas serem atacadas por cachorros de rua e provavelmente o município teria que arcar com isso. Livia fala da importância da educação ambiental, inclusive nas escolas, sobre a responsabilização com os animais e se manifesta também, sobre ser contra o canil, sendo a favor, no máximo, de um centro de bem-estar animal. Paulo Correa coloca da época em que era prefeito, foi conversado com a Promotora Carolina Barth sobre os malefícios para o município se o mesmo quisesse construir um canil, sendo gasto com funcionários, manutenção, etc. Priscilla propôs de o estado auxiliar com um regramento para a gestão da pulverização terrestre de agrotóxicos. O senhor Manoel Valim coloca sobre a ANR31, a qual consta alguns regramentos, porém os demais conselheiros argumentaram que nem sempre estas regras são seguidas. Leticia coloca sobre a cobrança de um cortinamento vegetal ser a opção ideal, já que as pessoas não cuidam distanciamentos ou posição dos ventos, e fica inviável fiscalizar estes fatores. Priscilla informou que foi até a fazenda na qual as oliveiras são cultivadas e que a secretaria de agricultura do estado estava no local fiscalizando e não encontraram nada errado no local, estando os produtos conforme o receituário agrônômico. As servidoras da agricultura informaram que, sendo uma cultura de oliveiras, estas eram mais sensíveis que qualquer outra cultura, sendo assim, mais fácil de serem afetadas pela pulverização de outras culturas ou gramíneas e acabarem morrendo. Leticia argumenta ser ideal que o próprio município faça sua lei, incluindo estas barreiras vegetais, de forma que a pessoa possa trabalhar, porém sem causar danos a seus lindeiros. Manoel Valim cita um caso que está ocorrendo na Farsul onde são lindeiros um cultivo de uva e um de soja, e ambos seguem as leis, porém o segundo prejudica o primeiro. Priscilla solicita outras sugestões ao conselho, foi dada a opção de também pensar sobre a carta e depois passar para este as sugestões, o que foi acatado. Livia questiona sobre isenção nas taxas de licenciamento ambiental e serviços realizados pelo meio ambiente, visto que os valores arrecadados eram destinados ao fundo de meio ambiente. Paulo Viegas perguntou se isso vai impactar de forma significativa o fundo e como era esta arrecadação. Priscilla informou que, assim como existem taxas de cerca de 70 reais que foram isentas, também existem taxas maiores, que as isenções são para pessoas físicas, micro e pequenas empresas e ONGs. Este público é a maioria do recolhimento do meio ambiente, pois quando se trata de uma empresa de maior porte, o licenciamento geralmente é direcionado à Fepam. Os conselheiros perguntaram se havia valores equivalentes para serem arrecadados pela prefeitura. Paulo Correa diz que há o ITBI, mas seus valores arrecadados não irão para o fundo, provavelmente. Dessa forma, concluiu-se que a receita do fundo a partir de agora dependerá do cometimento de infrações ambientais por pessoas e/ou empresas. Foi questionado pelos conselheiros porque o conselho não foi questionado sobre

esta alteração. Mas Priscilla disse que não verificou na lei que institui o fundo se existe a necessidade de o conselho aprovar, caso seja negada uma receita ao fundo. Os conselheiros perguntaram se existe alguma lei geral de conselhos que prevê isso, e Priscilla ficou de verificar. O senhor Manoel Valim disse que nenhum conselho é deliberativo mais, Priscilla disse que no regimento interno consta isso atualmente, mas que pode vir a mudar. Outros conselheiros comentaram que isso não foi consultado a nenhuma secretaria. Ficou decidido que o conselho de meio ambiente solicitaria ao setor de contabilidade, quanto foi arrecadado nos últimos 3 anos em taxas ambientais e para que fosse encaminhado ao prefeito o tamanho deste impacto sobre o fundo. Não havendo mais nada a declarar, a presente ata foi lavrada e assinada pelos conselheiros.

Paulo Sérgio de Jesus
Priscilla das Kurposki
Klepp
Dirceu Nelson Fernandes
Lind Braun
Guilherme Soares Raupp